

CONVIDA

**Curso em
MARINGÁ - PR**
Dias 11, 12, 13 e 14 de
Março de 2025.



**RESPONSABILIDADE DOS AGENTES
POLÍTICOS: ORÇAMENTO PÚBLICO,
CONTROLE INTERNO E JULGAMENTO
DAS CONTAS MUNICIPAIS**

MODO MENTORIA

A mentoria será conduzida de forma interativa, com estudo de casos práticos e análise detalhada das normativas vigentes e das decisões judiciais mais relevantes.

O objetivo é promover um aprendizado mais profundo e engajado, onde os participantes não apenas absorvem informações, mas também as aplicam, refletem sobre elas e contribuem para o processo educativo.

Estendendo o aprendizado do tema exposto para os 30 dias subsequentes, de forma on-line, através de video-chamadas, ligações, video-conferências, garantindo a efetiva aplicação do conteúdo aprendido.

Programação

Dia 11/03/2025 – Das 15:00h as 17:00h

Credenciamento e inscrições de alunos.

Dia 12/03/2025 – Das 14:00h as 17:00h

Palestra: Fundamentação Jurídica e Atualizações Legislativas, Introdução ao Controle Externo na Administração Pública

Dia 12/03/2025 – Das 09:00h as 10:00h

Confirmação das Inscrições e credenciamento dos alunos. Entrega das Apostilas e material de apoio.

Dia 13/03/2025 – Das 09:00h as 11:30h

Palestra: Responsabilidade dos Agentes Políticos, Orçamento Público: Estrutura e Gestão, Controle Interno: Papel das Câmaras Municipais, Julgamento das Contas do Prefeito

Dia 12/03/2025 – Das 10:00h as 12:00h

Mentoria realizada individual ou em grupo, abordando os temas relacionados ao curso

Dia 13/03/2025 – Das 14:00h as 17:00h

Palestra: Impactos do Julgamento na Elegibilidade, Aspectos Práticos e Boas Práticas na Gestão Pública, Estudo de Casos e Jurisprudência Relevante

Dia 14/03/2025 – Das 09:00h as 11:00h

Espaço para debates, dúvidas, temas livres e encerramento com entrega dos Certificados.

Conteúdo Programático

Fundamentação Jurídica e Atualizações Legislativas, Introdução ao Controle Externo na Administração Pública

Constituição Federal: artigos relevantes (art. 31, art. 71, entre outros). Lei Orgânica do Município e normas locais sobre contas públicas.
Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000): princípios e implicações para a gestão pública.
Alterações legislativas recentes e jurisprudência atualizada sobre o tema. Conceito e objetivos do controle externo.
Tribunais de Contas e Câmaras Municipais: atribuições e competências. Controle político versus controle técnico-jurídico.

Responsabilidade dos Agentes Políticos, Orçamento Público: Estrutura e Gestão

Responsabilidade administrativa, civil, penal e política dos agentes públicos. Funções e deveres do prefeito na gestão orçamentária e financeira. Infrações mais comuns e suas consequências.
Princípios do orçamento público: legalidade, transparência, equilíbrio e eficiência. Ciclo orçamentário: elaboração, aprovação, execução e controle. O papel da Câmara Municipal no processo orçamentário: aprovação e fiscalização.

Controle Interno: Papel das Câmaras Municipais, Julgamento das Contas do Prefeito

Importância do controle interno no acompanhamento da gestão pública. Estrutura e organização de sistemas de controle interno nas Câmaras.
Acompanhamento das metas fiscais e dos indicadores de gestão. Prevenção de irregularidades e suporte à análise das contas públicas. Parecer prévio do Tribunal de Contas: natureza e relevância.
Competência das Câmaras Municipais no julgamento das contas. Consequências da rejeição de contas: inelegibilidade e outros efeitos. Exemplos de irregularidades que levam à rejeição.

Impactos do Julgamento na Elegibilidade, Aspectos Práticos e Boas Práticas na Gestão Pública, Estudo de Casos e Jurisprudência Relevante

Análise da Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da Ficha Limpa). Inelegibilidade decorrente da rejeição de contas. Possibilidades de defesa e recursos administrativos e judiciais. Estudos de casos de sucesso e más práticas na gestão orçamentária. Ferramentas para aprimorar a transparência e eficiência na administração pública.
Oficinas práticas: simulações de análise de contas públicas. Decisões recentes do STF e STJ relacionadas ao tema. Análise de pareceres técnicos emitidos por Tribunais de Contas. Discussão de exemplos práticos de rejeição e aprovação de contas. Debate sobre os desafios contemporâneos da administração pública.

VALOR DA INSCRIÇÃO: R\$ 2.690,00.

Incluso material de apoio, apostilas, certificado e coffee break.

Empenhamento e Depósito em nome de:

RAS - CONSULTORIA e TREINAMENTO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA.

CNPJ 22.094.483/0001-73

PIX: 22.094.483/0001-73

AG 4639-6 - C/C 8080-2

Banco do Brasil

Professor Normélio Schneider
(45) 99934-1188

Coordenadoras

Angélica - (45) 99837-0304

Elizabeth - (45) 99833-5400

Jakeline - (45) 99989-0604

INSCRIÇÕES

Site: www.nstreinamentos.com.br

E-mail: contato@nstreinamentos.com.br

LOCAL: Hotel HUS
Av. Advogado Horácio Raccanello
Filho, 5105 – Zona 7, Maringá – PR
44 3302-2400

Obs: Entrega de Certificado
somente com mínimo de
75% de participação.

A programação deste curso pode ser alterada sem aviso prévio, bem como o cancelamento e inclusão de novos professores.



Público-alvo: Dirigentes, Chefes de Gabinete e Gestores de Entidades Públicas Municipais, Servidores ligados à contabilidade, orçamento, finanças, planejamento, licitações, controle interno, recursos humanos, comissões em geral, bem como aos Prefeitos, Secretários, Diretores, Presidentes, Vereadores e Assessores Parlamentares.

CURRICULUM: Dr. Bruno Grego Santos



Palestrante

Doutor em Direito do Estado, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com estágio de Doutorado na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e intercâmbio acadêmico na University of Notre Dame na Austrália. Advogado, Professor da Escola de Direito da PUC/Pr, Procurador Municipal, Presidente da Comissão de Advocacia Pública da OAB Maringá, Membro da Comissão do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública, Pesquisador da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco/USP, Membro do Grupo de Discussão Comparative Administrative Law Initiative da Yale Law School e Membro acadêmico da Procurement Law Academic Network, Vencedor do VII Prêmio Innovare na categoria Advocacia Laurea Acadêmica da Universidade Estadual de Maringá e Menção Honrosa do Prêmio Francisco Cunha Pereira Filho.

OBJETIVO e METODOLOGIA

Este curso foi desenvolvido com o propósito de capacitar Vereadores, Servidores, Assessores, Prefeitos e Vice-Prefeitos para compreender a Estrutura Normativa: Fornecer uma visão detalhada da legislação aplicável, incluindo a Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal, as normas sobre controle interno e as legislações locais. Explorar o Ciclo Orçamentário: Ensinar os participantes a interpretar e acompanhar o ciclo orçamentário (PPA, LDO e LOA), com foco no papel das Câmaras Municipais na aprovação e fiscalização do orçamento público. Diferenciar Responsabilidades: Esclarecer as responsabilidades administrativa, civil, penal e política dos agentes públicos, com foco especial no prefeito e nos vereadores. Aprofundar o Controle Interno: Destacar a importância dos sistemas de controle interno nas Câmaras Municipais para monitorar a gestão pública e prevenir irregularidades. Entender o Julgamento de Contas: Explicar as etapas e competências no julgamento das contas do prefeito, desde a análise técnica do Tribunal de Contas até a decisão política da Câmara Municipal. Analisar Impactos Jurídicos e Políticos: Discutir as consequências da rejeição de contas, incluindo a inelegibilidade, e as possibilidades de defesa em âmbito administrativo e judicial. Promover Boas Práticas: Proporcionar orientações sobre práticas de gestão transparente e eficiente, que respeitem os princípios constitucionais e legais aplicáveis à administração pública. Estudo de Casos e Exercícios Práticos: Aplicar o aprendizado em situações reais por meio de estudos de casos, análises de jurisprudência e oficinas práticas, capacitando os participantes para lidar com desafios na gestão pública. Controle Interno da Câmara e sua aplicação prática. Mandato e composição da Câmara, destacando a Mesa Diretiva e suas funções. Processos de deliberação, sessões legislativas e proposições. Dominar as etapas do processo legislativo, com foco em: Elaboração de proposições legislativas, como projetos de lei, decretos legislativos e resoluções. Processos de sanção, promulgação e publicação das leis. Regras para a iniciativa das matérias, determinação do quórum, análise de recursos e cumprimento de prazos.



Sejam Bem Vindos!

Grupo

NIS

RAS

Treinamentos em
Gestão Pública

Consultoria e Treinamento
em Gestão Pública

www.nstreinamentos.com.br